

JUNHO 2024

jornal



Federação Nacional da Educação

OLHAR O FUTURO PELA IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO



ÍNDICE

3 - 4

EDITORIAL

5 - 15

AÇÃO SINDICAL

16 - 17

TEM A PALAVRA



18 - 33

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

34 - 43

INTERNACIONAL

44 - 46

SAÚDE



EDITORIAL



FNE promove carreiras de investigação científica em Portugal

Nos últimos meses, a FNE tem empenhado grandes esforços nas negociações com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), com foco na Proposta de Decreto-Lei baseada na PL 305/XXIII/2023, aprovada na Reunião de Conselho de Ministros de 25 de março. Estes esforços refletem o nosso compromisso em promover regras mais justas e equitativas para as carreiras de investigação científica em Portugal.

O documento proposto, que inclui o Anexo I (ESTATUTO DA CARREIRA DE PESQUISA CIENTÍFICA) e o Anexo II (NORMAS COMUNS PARA A CARREIRA DE PESQUISA CIENTÍFICA NO REGIME DE DIREITO PRIVADO), foi objeto de uma avaliação detalhada pela FNE. Em reação, oferecemos ao MECI um conjunto de orientações críticas e importantes, que consideramos essenciais para melhorar a situação de funcionamento dos investigadores em Portugal.

Entre as principais propostas da FNE, destacamos o desejo de que a nova regulamentação seja adicionalmente obrigatória para instituições privadas sem fins lucrativos, visando diminuir a precariedade excessiva dos investigadores nesses contextos. Também propusemos reduzir o período probatório de cinco para três anos em todas as categorias, o que poderia permitir um dispositivo mais justo e mais eficaz.

Defendemos que a avaliação científica dos candidatos constitua agora pelo menos 50% do total, garantindo assim um maior reconhecimento do mérito científico. Além disso, propusemos a inclusão da "gestão de *spin-offs e start-ups*", como uma atividade reconhecida para os investigadores em regime de exclusividade, incentivando a inovação e a transferência de conhecimento para o mercado.

Defendemos também o direito dos investigadores a solicitarem licenças para a realização de atividades de investigação noutras instituições, sem possibilidade de recusa pela instituição de origem, promovendo assim um ambiente de maior liberdade educativa e colaboração científica.

Não menos crítica, destacamos a premente vontade de substituição da tabela de vencimentos, dado que a atual data de 1989, sendo extremamente antiga e desvalorizada face ao atual custo de vida.

A FNE reafirma a sua permanente disponibilidade para negociar este e outros temas com o MECI, na defesa intransigente dos interesses dos investigadores. Continuaremos a trabalhar incansavelmente para garantir um destino mais justo e promissor a todos os profissionais que dedicam a sua vida à tecnologia e à educação em Portugal.

Consideramos que esses ajustamentos são cruciais e instamos o MECI a considerar seriamente as nossas propostas. Temos certeza de que, com comunicação e cooperação, poderemos chegar a um consenso com o objetivo de beneficiar toda a rede científica e académica do nosso país.

Permaneçamos todos unidos e empenhados na construção de uma carreira de investigação científica digna e reconhecida, aliando justiça, equidade e progresso.



JOSÉ LUÍS ABRANTES

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DA FNE



Reunião com MECI sobre Ensino Superior **Nova proposta da tutela foi "positiva, mas necessita negociação"**

Num mês marcado pelo agendamento de reuniões por parte do Ministério da Educação, focadas em diferentes setores e matérias do sistema educativo, a FNE fez-se representar em todos esses encontros apresentando propostas e soluções de melhoria para os vários temas em discussão.

O primeiro setor em debate foi o Ensino Superior, com uma reunião a 18 de junho de 2024 sobre revisão do estatuto da carreira do ensino e investigação científica, que decorreu em Lisboa, na sede do MECI e no fim da qual José Luís Abrantes, Secretário-Geral adjunto da FNE, fez o balanço.

O dirigente da FNE considerou que a proposta apresentada pela tutela para o estatuto da carreira de investigação científica é melhor face ao aprovado pelo anterior governo: “A proposta é um passo no sentido de acabar com a precariedade nas carreiras de investigação. Para nós, esse é um elemento fundamental e um ponto de partida para o diálogo que esperamos manter com o Governo”, disse.

José Luís Abrantes sublinhou ainda a necessidade de mitigar a precariedade no setor, admitindo que é difícil pôr fim ao problema por completo, mas considerou que a proposta apresentada “vai no bom sentido. O que está em cima da mesa são alguns aspetos que, depois de um diálogo com as instituições sindicais, podem melhorar a proposta anterior, mas serão fruto da negociação”, afirmou.

O Secretário-Geral Adjunto da FNE, a fechar este resumo aos jornalistas presentes no local, deixou críticas, ainda assim, a um aspeto específico da proposta, relacionado com o período experimental, que deverá corresponder a cinco anos e que a FNE considera ser um prazo demasiado grande.



Encontrada solução para a Escola Portuguesa de Luanda

FNE e MECI reuniram em 28 de junho de 2024, em Caparide, pelas 9h00, para debater matérias do "Concurso externo extraordinário de seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário da Escola Portuguesa (EP) de Luanda". Josefa Lopes, Vice-Secretária-Geral da FNE, fez o resumo deste encontro logo a seguir à sua conclusão.

A situação dos professores contratados em Luanda "já se arrasta há muito tempo devido a uma situação de conflito laboral. Sendo que nos outros países onde há escolas portuguesas esta situação não acontece, era urgente resolver a situação de precariedade destes professores", adiantou Josefa Lopes.

Os professores envolvidos nesta situação já tinham sido auscultados e a FNE deu a sua concordância à proposta do MECI "de modo a evitar que estes professores a partir de agosto, ficassem desempregados".

O diploma, que foi aprovado na generalidade em Conselho de Ministros, e que ficará concluído após o processo de audição dos sindicatos, é um diploma "muito urgente" para assegurar que "os contratos desses professores que acabam a 31 de agosto possam ser integrados na carreira ou garantir um contrato estável de trabalho".





Falta de consenso adiou alteração na Mobilidade por Doença

A 26 de junho de 2024, FNE e MECI reuniram, pelas 8:30, nas instalações da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, em Caparide, para uma audição sobre o tema da Mobilidade por Doença (MpD).

Manuel Teodósio, Vice-Secretário-Geral da FNE, fez o balanço no final deste encontro em que ficou definido que, a 28 de junho (2 dias depois), seria iniciado o processo de reuniões negociais para que a MpD pudesse ser revista já no próximo ano letivo.

Deste primeiro encontro, a FNE retirou a conclusão de que a tutela mostrou abertura para alterar alguns aspetos do diploma, de modo que possam "entrar em vigor em setembro, acabando com algumas injustiças".

A pretensão da FNE acabou por ser aceite, garantiu Manuel Teodósio, Vice-Secretário-Geral da FNE, referindo-se a três regras alteradas há dois anos com o novo diploma, nomeadamente o perímetro mínimo para se poder mudar de escola, as vagas existentes em cada estabelecimento de ensino e os grupos de recrutamento dos professores.

"O MECI aceitou começar a negociar estas situações para que as melhorias se sintam já neste ano letivo", assegurou Manuel Teodósio no final da reunião, lembrando que o atual diploma "afeta muitos professores com situações muito complicadas de saúde, que viram a sua situação ser agravada há dois anos com a publicação de uma legislação nova, que transformou um direito num concurso causador de muitas injustiças nas escolas".

Reunião de negociação sem consenso

Mas, o que aconteceu dois dias depois foi que a falta de consenso entre a tutela e sindicatos levou a que o Ministério da Educação Ciência e Inovação (MECI) adiasse as alterações à MpD de professores, com novas negociações a partir de setembro para uma revisão profunda do regime.

A FNE, nas palavras de Josefa Lopes, Vice-Secretária-Geral, disse compreender a justificação do MECI, mas não escondeu a sua desilusão por considerar que a tutela poderia ter ido mais longe na proposta apresentada.

"Além do problema da distância, há outros aspetos tão ou mais importantes que têm a ver com a capacidade de acolhimento das escolas", justificou a dirigente da FNE, sublinhando que esse critério deixa de fora muitos docentes.

Por seu lado, o Ministro da Educação explicou o seu ponto de vista: "Sabemos que é um diploma sensível e concluímos que não tínhamos condições – apesar dos passos que foram dados para percebermos melhor os pontos em que podemos vir a melhorar este regime no futuro – para hoje chegarmos a acordo e avançarmos no sentido de fazer essas alterações".

FNE/LUSA





WWW.FNE.PT



RECUPERAÇÃO TOTAL DO TEMPO DE SERVIÇO CONGELADO

FINALMENTE, CONSEGUIMOS!

PELOS PROFESSORES. COM OS PROFESSORES!

COM RESPONSABILIDADE E VERDADE!

ESPERANÇA num futuro melhor.



FNE assina parceria com SINPRESTEP e Associação BAOBÁ em São Tomé e Príncipe

A FNE e a AFJET assinaram, no início de junho 2024, um acordo de parceria com a Associação BAOBÁ e o Sindicato de Professores e Educadores de S. Tomé e Príncipe (SINPRESTEP), juntando-se assim a outras identidades no apoio a um projeto de educação ambiental que se desenvolve neste país africano.

O projeto visa a recolha de lixo em escolas e lugares públicos e a consciencialização da população para aquele problema ambiental, tão extremo naquele país.

Este protocolo ficou já inicialmente marcado pela entrega por parte da FNE de dois cartazes (mil exemplares) e duas mil caixas de lápis de cor, tendo ainda sido concedida uma ajuda monetária ao SINPRESTEP para o desenvolvimento operacional e apoio desta iniciativa ambiental. Os lápis foram considerados essenciais para se desenvolverem as sessões de trabalho com os jovens de São Tomé e Príncipe.

Com o título "DIZ NÃO À POLUIÇÃO – Ajuda a tornar São Tomé e Príncipe um País Limpo", os dois cartazes apelam à recolha de lixo nas ruas e no oceano, tornando o planeta um lugar mais sensível e atento à defesa do meio ambiente.

"Estes lápis vão ser essenciais para entregar nas nossas sessões de educação ambiental nas várias escolas primárias do país", sublinhou a Associação BAOBÁ nas suas redes sociais.



Esta é mais uma parceria da qual a FNE e a AFJET se sentem orgulhosas de fazer parte, demonstrando o importante papel que o sindicalismo desempenha na proteção do meio ambiente e na sustentabilidade. O pessoal docente e não docente de São Tomé e Príncipe está muito empenhado em dar o seu melhor neste projeto, de cariz educativo e social.

A Associação BAOBÁ nasceu em fevereiro de 2023, na sequência de um projeto de voluntariado de duas jovens portuguesas, Mariana Marçal (Presidente da Associação) e Francisca Amado (Vice-Presidente), que se deslocaram para São Tomé e Príncipe em março desse ano, para desenvolver várias iniciativas.

Naquele país, a Associação BAOBÁ já procedeu à distribuição de bens (escovas, pastas de dentes ou material escolar em escolas) e participou, entre outros, em campanhas de recolha de lixo/educação ambiental. A associação também apoia alunos de São Tomé e Príncipe na participação para bolsas de estudo, no âmbito da sua parceria com o centro de formação Profissional de São Tomé e Príncipe, em Budo-Budo.

Outro dos seus papéis é o de ajudar jovens estudantes locais a candidatarem-se ao ensino universitário, quer em São Tomé e Príncipe, quer eventualmente em Portugal. A FNE e a AFJET sentem-se profundamente orgulhosas desta iniciativa no campo da educação ambiental e na sustentabilidade com o sindicato SINPRESTEP e com a parceria com a Associação BAOBÁ.

Recorde-se a propósito que o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, e o Tesoureiro da federação, Mário Jorge Silva, deslocaram-se a São Tomé e Príncipe no início deste ano.

<https://www.facebook.com/profile.php?id=100092203960651>





DIZ NÃO À POLUIÇÃO

DIZ NÃO À POLUIÇÃO

AJUDA A TORNAR SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE UM PAÍS LIMPO!

fine BAOBÁ

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

34º

ANIVERSÁRIO
1990 - 2024



SDPM comemorou o seu 34º aniversário

O Sindicato Democrático dos Professores da Madeira (SDPM) celebrou a 19 de junho de 2024 o 34º aniversário da sua constituição.

O SDPM é uma associação sindical representativa de docentes de todos os níveis de ensino, investigadores científicos e formadores profissionais, orientado por valores e referências como o sindicalismo democrático e a liberdade sindical, cujo âmbito territorial se circunscreve à Região Autónoma da Madeira.

A Constituição, em 1990, do SDPM significou a abertura de um espaço de participação livre e de afirmação profissional, para um grande número de docentes que até então não se revia no pensamento e na ética revolucionária orientadora do sindicato único.

Com a fundação do SDPM, o quadro da participação negocial na Região Autónoma da Madeira ganhou verdadeiros contornos democráticos, procurando-se colocar nas negociações o interesse público do sistema educativo, a par da defesa dos direitos e aspirações profissionais dos docentes, sem descuidar a centralidade que os alunos têm de ocupar no sistema educativo.

A Intervenção do SDPM a nível nacional e internacional tem sido principalmente assegurada pela participação da FNE – Federação a que o SDPM aderiu desde a sua fundação – ,cujos princípios identitários igualmente defende.

Por via da FNE, o SDPM integra-se na UGT e em organizações sindicais internacionais amplamente representativas de trabalhadores da Educação em todo o mundo, como a IE – Internacional da Educação e o CSEE – Comité Sindical Europeu da Educação, Região Europa daquela organização global.



VALORIZAR A CARREIRA DOCENTE!

*Reposição da equiparação
do topo da carreira docente
ao topo da carreira de
técnico superior.*





Ensino Português no Estrangeiro sem espaço para portugueses

O sistema de Ensino Português no Estrangeiro (EPE), cursos de Língua e Cultura Portuguesas para filhos dos trabalhadores portugueses, surge como dever do Estado Português, no Artigo 74º da Constituição da República Portuguesa de 1976.

Nos anos 80 com cerca de 91 mil alunos, atualmente apenas 39 mil, é um sistema em extinção, onde a percentagem de alunos de outras nacionalidades superou a de portugueses, em situação de inferioridade, com ensino a pagamento e sem qualidade, vítimas de políticas que defendem o ensino do Português apenas como língua estrangeira.

Sob capa da expressão “língua internacional”, um sistema destinado a manter a ligação linguística e cultural de crianças e jovens portugueses nas Comunidades a Portugal, preparando-os para eventual integração no sistema escolar português, foi reduzido a 50% da dimensão original, com objetivos iniciais substituídos pela superioridade do Português Língua Estrangeira, manuais dessa vertente e certificado de conhecimentos inútil nos países de acolhimento e em Portugal.

Até 2013, o ensino extra horário com maioria de alunos portugueses constituía 65% do sistema, mas considerado pela presidente do Instituto Camões, Ana Paula Laborinho, como “não dando rendimento”, por um professor se deslocar a várias localidades para lecionar alunos portugueses, situação que não se enquadrava nos padrões do Instituto, foi introduzida a propina obrigatória, que reduziu o número de alunos e professores, encerrou cursos e prejudicou a qualidade de ensino, com vários níveis de escolaridade lecionados conjuntamente.

Entretanto, em França, África do Sul e Espanha, países onde o ensino do Português tem lugar maioritariamente dentro do horário e onde predominam os alunos estrangeiros, havendo professores sem alunos portugueses nas turmas, não se registaram percas significativas nem no número de alunos nem de docentes, pois foi mantido o ensino gratuito e de qualidade, sendo as aulas de Português para alunos estrangeiros agora quase 60% do sistema.

Mas o EPE não cresceu, pelo contrário, com 281 horários completos que no próximo ano letivo serão ainda menos, o futuro está traçado, com aulas a distância onde os alunos serão “poucos”, como informou o SECP José Cesário, introdutor da propina, que sabe bem quais as razões que levaram à redução.

Porém serão mantidas aulas presenciais onde há maioria de outras nacionalidades, porque parece ser esse o modo de dignificar a Língua e Cultura Portuguesas além-fronteiras. Os estrangeiros são importantes, mas os portugueses são emigrantes e ser língua de emigração não convém à imagem do Português Língua Internacional.

Uma situação que, aliada à falta de professores, pois sem subsídio de instalação, vencimentos de 2009 e vários níveis de escolaridade a lecionar sem redução de horário, o EPE nada tem de atrativo, contribui para a degradação geral, onde a fixação no lucro, venda de manuais, certificados, formação e economicismo extremo, significam o fim próximo do ensino para portugueses, com cursos para estrangeiros sobrevivendo aqui e ali, um simulacro de sistema que em nada contribuirá para a preservação e dignidade da Língua e Cultura Portuguesas no estrangeiro.

*Teresa Soares
Presidente do SPCL
Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas*





Profissionais de primeira linha, tratados como profissionais de segunda

O Pessoal de Apoio Educativo (PAE) integra os profissionais que contactam diretamente e diariamente com as nossas crianças e jovens, bem como com as suas Famílias e cuidadores, em contexto Escolar.

O PAE são os psicólogos, assistentes sociais, assistentes técnicos e assistentes operacionais das nossas Escolas.

Não devemos esquecer que a Escola é muito mais do que a docência e os seus respetivos processos de ensino/aprendizagem e aprendizagem/ensino.

Na Escola são criados os primeiros vínculos externos à família. A Escola também contribui para o desenvolvimento de futuros cidadãos integrados numa sociedade, cidadãos que se esperam ser autónomos, confiantes, solidários e responsáveis.

A Escola é um dos pilares da construção de cada um de nós como pessoa e é onde adquirimos e vivenciamos valores.

O PAE constitui-se como agente principal neste processo.

O Assistente Técnico, por exemplo, receciona a matrícula e trata de todo o processo administrativo dos nossos filhos. O assistente operacional dá colo aos nossos filhos. O psicólogo trata das emoções dos nossos filhos.

Será justo, então, que estes profissionais não vejam a sua carreira dignificada?

Será justo que dediquem a sua vida inteira a serem profissionais de primeira linha e sistematicamente serem tratados como profissionais de segunda?

Cristina Peixoto
Presidente do STAAE-ZN

FNE e MECI debateram temas ligados ao PAE/ND

Decorreu na manhã de 26 de junho de 2024, na Secretaria-Geral do Ministério da Educação, no Centro de Caparide, uma reunião com o MECI sobre temas ligados ao Pessoal de Apoio Educativo (PAE)/Não Docentes (ND) e que contou com a participação dos presidentes dos três Sindicatos de PAE/ND da FNE, Cristina Peixoto (STAAE-ZN), João Ramalho (STAAE-ZC) e Cristina Ferreira (STAAESRA).

Cristina Ferreira, Secretária-Geral Adjunta da FNE e Presidente do STAAESRA fez o resumo desta reunião em que a FNE apresentou um elenco de matérias que são fundamentais para o PAE/ND nomeadamente:

- conteúdos funcionais específicos
- carreiras especiais
- valorização salarial
- formação inicial e contínua
- a monitorização da transferência de competências para as autarquias
- fim da precariedade de milhares de técnicos especializados que terminam contrato a 31 de agosto deste ano e não sabem o que lhes vai acontecer a 1 de setembro
- as questões das mobilidades de trabalhadores que estão a 200km de casa e que caso regressem aos agrupamentos de origem vão rescindir contratos.





Cristina Ferreira adiantou ainda que "o Governo pareceu ter abertura para debater estes temas e apresentar propostas concretas, sendo que não ficou qualquer reunião de negociação marcada, mas que será agendada brevemente".

- [Consulte aqui o documento \(PDF\): PAE - Que papel no futuro da educação, que perfil e competências](#)
- [Consulte aqui a Declaração de Aveiro \(PDF\)](#)





Proposta da FNE sobre Técnicos Superiores Especializados acolhida pelo Ministro

O Ministro da Educação, Ciência e Inovação (MECI) garantiu à FNE, em 27 de junho de 2024, que os psicólogos que trabalham nas escolas iriam ter os seus contratos renovados e muitos seriam mesmo integrados nos quadros.

A procura de soluções para os psicólogos, que garantam a sua continuidade nas escolas e a diminuição da precariedade, foi considerada muito positiva pela FNE.

A garantia do Ministro surgiu na sequência da reunião do dia anterior da FNE com o Secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa (SEAIE), Pedro Dantas da Cunha, no Centro de Caparide, em que o tema foi o do “enquadramento do Pessoal de Apoio Educativo - PAE”.

Nesta reunião, a FNE esteve representada pelos seus três presidentes dos sindicatos de PAE Cristina Peixoto ([STAAE-ZN](#)), João Ramalho ([STAAE-ZC](#)) e Cristina Ferreira ([STAAE Sul e RA](#)).

O SEAIE Pedro Dantas da Cunha assumiu a procura de soluções que garantam resposta às reivindicações da Federação relativamente à situação dos técnicos superiores especializados.

Em causa a precariedade destes profissionais que terminam contrato a 31 de agosto deste ano e não sabem o que lhes vai acontecer no próximo dia um de setembro.

“É mais um passo positivo que é dado, em resposta a um grupo específico de técnicos superiores especializados, que importa garantir aos demais profissionais da educação, num percurso que, sendo complexo e demorado, tem de ser possível, para bem dos alunos, das escolas, dos seus profissionais e das comunidades educativas”, sublinhou Cristina Ferreira, Secretária-Geral Adjunta e Presidente do STAAE Sul e RA.

Do elenco de outras matérias consideradas fundamentais pela FNE estavam a determinação dos conteúdos funcionais específicos do PAE, as carreiras especiais, e a valorização salarial destes trabalhadores.

Somados a estes, a disponibilização de formação inicial e contínua, a monitorização da transferência de competências para as autarquias e as questões das mobilidades dos profissionais que estão a 200km de casa e que caso regressem aos agrupamentos de origem vão rescindir contratos.

Há muito tempo que a FNE reivindica a resolução destas matérias para o PAE, que merece ser devidamente reconhecido e valorizado pelo seu trabalho em prol de uma educação de qualidade para todos.

Como sublinha Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, no documento político da federação de março de 2024, denominado **Pela Valorização do Pessoal de Apoio Educativo**, “A FNE manifesta a sua disponibilidade negocial, para o encontro das melhores soluções que dignifiquem e valorizem estes profissionais da educação que representa”.

A luta da FNE por melhores condições de trabalho e de vida do PAE está muito bem plasmada na **“Declaração de Aveiro”**, adotada pela Internacional da Educação (IE) durante a 2ª Conferência Mundial conjunta da IE com a FNE “Construir a Força dos Sindicatos: Defender os Direitos e o Estatuto do Pessoal de Apoio Educativo”, realizada em 18 de maio de 2023, na cidade de Aveiro, em Portugal.

A “Declaração de Aveiro” visa melhorar a atratividade das carreiras do PAE em todo o mundo, aumentando com urgência o investimento em educação pública, em conformidade com as metas internacionais e a Chamada para Ação da Cimeira para a Transformação da Educação.

32º

ANIVERSÁRIO
1992 - 2024



32º aniversário do STAAEZCENTRO

O STAAEZCENTRO - Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro celebrou a 5 de junho o seu 32º aniversário.

Esta associação sindical que representa os trabalhadores não docentes da Educação, ligados aos estabelecimentos públicos da educação e aos estabelecimentos privados de educação, do ensino particular e cooperativo, nomeadamente Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social, iniciou a sua atividade em 5 de Junho de 1992, tendo os seus primeiros estatutos sido publicados no BTE em 30 de Junho de 1992.

Ao longo da sua atividade o STAAEZCENTRO tem negociado diplomas legais que organizam a Administração Pública Portuguesa e Acordos Coletivos de Trabalho com a União das Misericórdias, Misericórdias, Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Desde a data da sua fundação, o STAAEZCENTRO encontra-se filiado na FNE, filiado pela FNE na UGT e filiado na FESAP, Federação dos Sindicatos da Administração Pública, da qual foi fundadora.

Education
International
Research

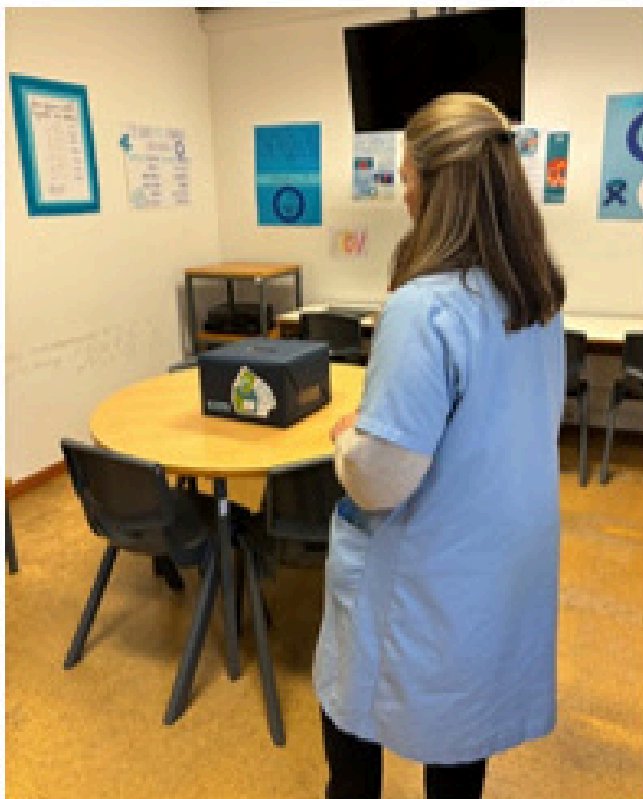
Carrying the Community

Addressing the Consequences of Privatization and Funding Shortfalls for Education Support Personnel

Lucas Cone & Anja Giudici
May 2024



Education International
Internationale de l'Éducation
Internacional de la Educación
Bildungsinternationale



Novo relatório da IE valoriza o Pessoal de Apoio Educativo

A apresentação de um relatório e um webinar marcaram, de modo especial, a celebração da VII edição do Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo (PAE), celebrado pela Internacional da Educação (IE), em 16 de maio de 2024.

O relatório **“Apoiar a comunidade: Contrariar o impacto negativo da privatização e dos défices de financiamento no pessoal de apoio educativo”**, de Lucas Cone e Anja Giudici, é um instrumento inestimável do reconhecimento e valorização destes trabalhadores, representados em Portugal pelos três sindicatos de não docentes da FNE: STAAE-ZN, STAAE-ZC e STAAE Sul e RA.

Este relatório documenta como a privatização e a falta de financiamento público ameaçam as boas condições que permitem ao PAE contribuir para a consecução de uma educação universal, inclusiva e de qualidade. Com base numa extensa revisão da literatura, bem como em entrevistas e investigação participativa com o PAE e seus representantes sindicais, organizados em diferentes regiões, o relatório documenta como as tendências globais de redução do financiamento e de externalização das responsabilidades no ensino público expõem o PAE a um risco acrescido de desemprego, desvalorização e abandono material.

O PAE é fundamental para alcançar uma educação inclusiva e de qualidade para todos - um compromisso formalizado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 das Nações Unidas. Nas últimas décadas, o número e as funções destes profissionais - administrativos, bibliotecários, pessoal de alimentação e nutrição, pessoal de segurança e transporte, e outras funções de apoio nas escolas - expandiram-se a par dos esforços para alargar o ensino primário e secundário de qualidade a todos.

Entre outras, o PAE desempenha um papel fundamental ao assegurar que os alunos recebam apoio financeiro, alimentação, que recebam instrução culturalmente e individualizada, e cheguem à escola em segurança, ao mesmo tempo que interagem pedagogicamente com as crianças e as suas famílias.



O seu trabalho é essencial para apoiar as comunidades educativas e os alunos que as integram, especialmente aqueles que têm sido historicamente excluídos ou marginalizados.

O relatório define privatização como os esforços para a definição do que é incluído e valorizado no ensino público com base em racionalidades económicas, sociais ou tecnológicas.

E mostra que os contributos que o PAE pode dar para a escolaridade estão indissociavelmente ligados às estruturas, políticas e decisões financeiras que moldam o que é incluído e valorizado no ensino público - e aquilo que é tornado invisível.

Em particular, o relatório ilustra os efeitos negativos das atuais tendências para reduzir o foco da educação pública aos resultados individuais de aprendizagem e à aprendizagem na sala de aula, em vez de proteger visões mais abrangentes do ensino público.

Na prática, a privatização assume a forma de medidas concretas de terceirização, austeridade ou desmonopolização de serviços públicos que se baseiam em definições por demais restritas de educação.

O relatório examina os efeitos prejudiciais de tais medidas em relação às dimensões pedagógicas, materiais e sociais do trabalho do PAE. E passa em seguida a delinear caminhos promissores de resistência, partilhados por representantes sindicais e pelos próprios trabalhadores.

A dimensão pedagógica do PAE

O PAE traz competências únicas, capacidades relacionais e conhecimentos culturais às comunidades educativas de formas qualitativamente diferentes e complementares à aprendizagem orientada pelos professores. No entanto, para que as escolas utilizem estes ativos, é essencial que o PAE seja integrado no projeto pedagógico da escola, tenha um papel claramente definido, seja capaz de estabelecer ligações entre as escolas e as comunidades educativas e tenha oportunidades de atualizar as suas competências e conhecimentos.

O relatório mostra que a privatização e a falta de financiamento afetam negativamente a probabilidade de tais condições se concretizarem.

A degradação das condições de trabalho e a escassez de recursos humanos estão a conduzir a cargas de trabalho cada vez mais pesadas e fragmentadas, enquanto o aumento da externalização e dos contratos precários significam taxas mais elevadas de rotação do pessoal. Para estes profissionais da educação, muitos dos quais informalmente qualificados, a fragmentação das tarefas e a falta de reconhecimento adequado significam frequentemente que são forçados a circular entre empregos e locais de trabalho.

Como resultado, falta-lhes o tempo, os recursos e as relações que lhes permitam participar na colaboração e na formação que lhes permitiriam desenvolver abordagens pedagógicas integradas nas escolas.



A falta de financiamento incentiva ainda mais o recurso global à subcontratação e a contratação de pessoal não qualificado, reduzindo simultaneamente os recursos disponíveis para o desenvolvimento profissional. Esta situação tem implicações para a qualidade global do ensino e capacidade das escolas para servir populações estudantis historicamente marginalizadas.

Para as carreiras do PAE, os contratos precários e a falta de acesso ao desenvolvimento profissional também significam que correm o risco de ficarem presos em posições mal remuneradas e mal valorizadas.

Salários em baixa

As posições do PAE implicam condições materiais muito diferentes consoante a função e o contexto local. Consequentemente, a privatização e os défices de financiamento têm impactos diferentes nas condições materiais, como a carga de trabalho, os benefícios, a remuneração e a segurança no trabalho. Estes impactos vão desde o aumento das horas extraordinárias, a perda de benefícios ou a redefinição do trabalho como uma simples função "voluntária".

Os efeitos são particularmente graves no Sul Global do planeta e em funções que exigem qualificações formais. Mas a desvalorização dos serviços públicos afeta todos os trabalhadores e cruza-se com os aspetos de género e interseccionais de algumas funções do PAE - que são mais suscetíveis de serem desempenhadas por mulheres e minorias étnicas.

Mesmo nos países onde os lugares do PAE ainda são preenchidos através de concursos e oferecem carreiras estáveis com cargas de trabalho razoáveis, benefícios, remuneração e condições de segurança, a privatização e a falta de financiamento na educação pioram as condições de trabalho ou permitem que os empregadores contornem os regulamentos e contratem pessoal através de canais alternativos e mais inseguros.

Consequentemente, muitos profissionais viram os seus salários baixarem nas últimas décadas, especialmente em sectores externalizados. O seu trabalho é ainda mais desvalorizado pelo aumento de horas extraordinárias que muitos têm de efetuar para substituir colegas, lidar com alunos em dificuldades e para resolver problemas na comunidade escolar, bem como por cortes nos benefícios.





O relatório também documenta a forma como as estratégias relacionadas com a privatização - incluindo contratos precários e de curto prazo em resultado da terceirização, novas formas de desempenho e a desregulamentação associada à escolha da escola - não só aumentam os níveis de insegurança no emprego, mas também significam que certos trabalhadores, como o pessoal de manutenção ou de alimentação e nutrição, têm cada vez mais de trabalhar em ambientes desconhecidos, que ameaçam a sua saúde e segurança.

Falta de financiamento é cruel

Porque as suas carreiras exigem diferentes qualificações formais e têm diferentes graus de visibilidade, o estatuto social das funções do PAE sempre variaram. Por razões culturais e estruturais, bem como por razões de discriminação, o valor pedagógico implícito nas tarefas e competências de, por exemplo, um psicólogo escolar ou de um professor, é em muitos lugares mais facilmente reconhecido do que o de um assistente operacional, um profissional dos transportes ou de um segurança.

A privatização, mostra o relatório, corre o risco de consolidar essas hierarquias na educação. A degradação das condições de trabalho coloca a carga de trabalho mais pesada naqueles que já se encontram em posições vulneráveis e pode ainda obscurecer ainda mais a sua dimensão pedagógica, distanciando-os assim das comunidades que ajudam a apoiar.

A desvalorização social coloca estas funções em maior risco de externalização e despedimento, podendo desencadear uma espiral descendente.

Mas a privatização e a falta de financiamento público também afetam todas as categorias no ensino público, desvalorizando o trabalho realizado no setor, em relação ao trabalho realizado fora dele. As competências quer do psicólogo escolar formalmente qualificado, quer do trabalhador da manutenção com qualificações informais, são transferíveis para outros setores.



Por conseguinte, ambos enfrentam o dilema de ficar e verem o seu trabalho continuamente desvalorizado por estereótipos negativos do setor público e por noções de género, de que o trabalho educativo é recompensado pelo "amor" e não por um salário digno e um estatuto, ou mudarem para setores mais bem remunerados.

Este facto tem implicações óbvias para a capacidade do setor público de recrutar e reter pessoal e para a sua longevidade estrutural. Mas também tem um impacto no nível de sindicalização e na voz do PAE, que permite e incentiva a sua participação no trabalho das escolas e da sociedade.

Privatização fonte de problemas

Finalmente, o relatório descreve quatro tipos de resistências partilhadas pelos representantes sindicais e individuais do PAE que se abrem para possíveis formas de contrariar os desenvolvimentos discutidos.

Uma vez que as condições de trabalho estão indissociavelmente ligadas às definições e entendimentos de "público" na educação, a primeira estratégia consiste em reclamar uma definição abrangente de educação pública que inclua tanto as contribuições dos professores e do PAE, como componentes essenciais do ensino inclusivo e de qualidade.

Isto requer trabalho concetual para abordar as hierarquias entre o pessoal docente e esforços estratégicos para divulgar este conceito junto dos decisores políticos, das comunidades escolares e ao público em geral.



Um segundo conjunto de estratégias centra-se em aumentar a visibilidade do PAE e das suas contribuições pedagógicas e de como a privatização ameaça a sua materialização. O relatório inclui exemplos de campanhas concretas dirigidas a diferentes públicos, tanto online como no terreno.

Em terceiro lugar, partilham-se estratégias que os dirigentes sindicais têm utilizado com sucesso para melhorar diretamente as condições de trabalho do PAE, quer através da criação de coligações mais alargadas para defender o sector público, reforçando as capacidades, ou fazendo lóbi junto dos políticos e das partes interessadas.

Um conjunto final de estratégias centra-se no aperfeiçoamento de argumentos e estratégias, que chegam aos investigadores e à comunidade internacional.

No seu conjunto, o relatório demonstra o impacto negativo e generalizado da privatização e dos défices de financiamento nas condições de trabalho do PAE. Mas também ilustra claramente o valor que estes profissionais trazem às nossas comunidades educativas.

No âmbito das suas funções, todos estes trabalhadores trabalham com crianças e famílias numa capacidade educativa. Ao mesmo tempo, sem eles as escolas não estariam quentes (ou frias) e limpas, as crianças teriam fome, os seus problemas comportamentais e de saúde não seriam integralmente resolvidos e não conseguiriam chegar à escola em segurança.



FNE participa no webinar da IE

Em 16 de maio de 2024, mais de 90 representantes das organizações membros da IE reuniram-se em linha para assinalar o Dia Mundial do PAE. Entre elas a FNE, com representantes dos seus sindicatos de trabalhadores não docentes. Os sindicatos tiveram a oportunidade de trocar estratégias de campanha para proteger o PAE da deterioração das condições de trabalho, causada pela escassez de financiamento e pelas crescentes tendências de privatização na educação.

A reunião foi aberta por Haldis Holst, Secretária-Geral Adjunta da IE, que salientou o papel fundamental do PAE na consecução de uma educação de qualidade para todos e exortou as organizações membros da IE a aderirem à campanha “Por Uma Educação Pública! Financiemos a Educação” para mobilizar um maior financiamento para os profissionais.

Lucas Cone e Anja Giudici, autores do novo relatório da IE, sublinharam na sua apresentação que sem uma visibilidade adequada, o PAE corre o risco de ser o primeiro a ser afetado pela perda de postos de trabalho e pela redução de efetivos nas escolas, à medida que os governos decidem desinvestir na educação e externalizar o trabalho do pessoal de apoio à educação. Para eles, “as privatizações e as medidas de austeridade correm o risco de desvalorizar o trabalho do PAE”.

Lucas e Anja reafirmaram que a deterioração das condições de trabalho e a falta de pessoal são desmotivantes para o PAE. Por outro lado, a fragmentação das funções do PAE afeta a sua capacidade de se integrar nas comunidades escolares e de dar o seu devido contributo pedagógico. Finalmente, os baixos salários estão a tornar as profissões do PAE pouco atrativas. Um outro problema é, em alguns países como Portugal, a idade destes profissionais.

A falta de um estatuto e a inexistência de conteúdos funcionais afeta sobremaneira o PAE. As suas grandes reivindicações a nível mundial incluem a sobrecarga de trabalho (que representa riscos consideráveis para a saúde, a segurança e o bem-estar), a subvalorização e o facto de a sua voz não ser frequentemente ouvida.

O PAE não tem sido passivo face a estes desafios. Utilizam estratégias sindicais diversificadas, para nomeadamente recuperar uma definição abrangente de educação pública que inclua contribuições tanto de professores como dele próprio, aumentar a visibilidade da sua contribuição e de como a privatização ameaça a sua materialização, melhorar as condições de trabalho através da criação de coligações e capacidades e da pressão sobre os políticos e outras partes interessadas, ou aperfeiçoar os argumentos e as estratégias, contactando os investigadores e a comunidade internacional, nomeadamente através da IE.

Os investigadores concluíram com a esperança de que o novo relatório da IE possa ajudar o ESP e os seus sindicatos na sua ação de defesa para melhorar o estatuto e as condições de trabalho do ESP. Um outro problema por eles identificado é que, muitas vezes, o PAE não tem os mesmos empregadores que os professores. Por isso, os sindicatos devem multiplicar as estratégias para proteger adequadamente os seus direitos, tal como o fazem em Portugal a FNE e os seus três STAAEs.

Versão integral do relatório:
<https://eiie.io/2024carryingcommunity>



Fotos IE



Comissário Schmidt intervém na abertura do evento

FNE em Bruxelas para desbloquear o potencial inexplorado dos programas de aprendizagem

A convite da Comissão Europeia (CE), a FNE (apresentada por Joaquim Santos) participou presencialmente em dois importantes eventos híbridos, que decorreram em Bruxelas, em 17 e 18 de junho de 2024: o “Evento de Alto Nível da Aliança das Aprendizagens (EAfA) 2024” (tarde de 17 e manhã de 18 de junho) e o “Evento Todos Juntos 2024”, exclusivamente para membros da Aliança (tarde de 18 de junho). Recorde-se a propósito que a FNE assinou o seu compromisso para com a EAfA em 22 de junho de 2015, em Riga.

Os dois eventos centraram-se em cursos e programas de aprendizagem, regulamentados em Portugal pela Portaria nº 70/2022, de 2 de fevereiro. A legislação nacional define a aprendizagem como uma modalidade de formação com dupla certificação (escolar e profissional), desenvolvida de acordo com os referenciais/padrões de competências e formação associados às qualificações constantes do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). Os cursos de aprendizagem privilegiam a inserção no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos de nível superior.

O mesmo regime de aprendizagem existe em dois níveis: nível secundário superior e pós-secundário não superior. Hoje em dia por essa Europa fora há uma grande oferta de aprendizagem no nível superior e a nível setorial, embora exista uma grande variedade de sistemas, enquadramentos legais e condições de trabalho e de remuneração.

Os principais objetivos do evento europeu de alto nível foram defender e aumentar a sensibilização para a aprendizagem de qualidade, que pode ser utilizada como uma ferramenta para desenvolver as competências necessárias no mercado de trabalho e resolver a escassez de mão de obra; facilitar a colaboração e o intercâmbio de boas práticas entre as partes interessadas da EAfA; incentivar os membros atuais da Aliança a renovar e reforçar os seus compromissos, convidando simultaneamente novas organizações; e apresentar as principais partes interessadas da EAfA para aumentar a visibilidade e o reconhecimento dos seus contributos para uma aprendizagem de qualidade.

Libertar o potencial inexplorado foi o lema do Evento de Alto Nível, que contou com as boas vindas e um discurso introdutório de Nicolas Schmidt, Comissário Europeu para o Emprego e Direitos Sociais e atual candidato dos socialistas europeus à CE, em oposição a Ursula von der Leyen.



Unleashing untapped potential – apprenticeships as a response to labour shortages

Explore the benefits of EAfA

#ApprenEU



No enquadramento do tema, Schmidt recorreu aos dados mais relevantes do relatório da CE sobre **“A Evolução do Emprego e da Sociedade (ESDE) 2023”**, que revela que, apesar do impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia, que resultou num abrandamento económico no segundo semestre de 2022, os mercados de trabalho da União Europeia (UE) demonstraram uma resiliência notável nesse ano.

Em 2022, a economia da UE cresceu 3,5% em termos reais. As taxas de emprego atingiram um máximo histórico de 74,6%, com 213,7 milhões de pessoas empregadas, e as taxas de desemprego atingiram um mínimo histórico de 6,2%. No entanto, o relatório também conclui que subsistem desafios relacionados com a baixa representação de determinados grupos no mercado de trabalho, a exemplo das **mulheres ou as pessoas com deficiência**.

O desemprego juvenil caiu de 16,7% em 2021 para 14,5% em 2022, mas continua a ser um grande desafio. Além disso, as empresas enfrentam uma escassez de mão-de-obra e é necessário que tanto os empregadores como os trabalhadores se adaptem à evolução das necessidades de competências, no contexto das transições ecológica e digital.

Competências e escassez de mão de obra

No âmbito do Ano Europeu das Competências, o relatório ESDE coloca uma ênfase especial na análise da escassez de mão-de-obra e das lacunas de competências e estabelece políticas para as resolver. As principais conclusões do relatório para 2022 incluem o seguinte:

1. A escassez de mão-de-obra existe em vários sectores e profissões em todos os níveis de competências e deverá aumentar. Espera-se que persistam tanto em profissões altamente qualificadas como em profissões pouco qualificadas, impulsionadas pela criação de novos empregos e pela necessidade de substituir trabalhadores que se reformam.

2. Setores como a construção, a saúde e as CTEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), especialmente as TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), estiveram entre os mais afetados em 2022. Estas carências provavelmente aumentarão com o declínio previsto na idade ativa da população de 265 milhões em 2022 para 258 milhões em 2030.

3. Ao mesmo tempo, os fatores estruturais que contribuem para a persistente escassez de mão-de-obra variam consoante a profissão e o setor. Para algumas profissões, como médicos, enfermeiros, prestadores de cuidados e motoristas, as condições de trabalho desafiantes ou as dificuldades na gestão de recursos humanos contribuem para as dificuldades dos empregadores em reter e atrair trabalhadores. Para outras profissões, por exemplo em CTEM, a falta de competências altamente especializadas disponíveis é um fator contribuinte.

4. A escassez de mão-de-obra em algumas profissões também poderá ser agravada pela evolução das competências e das necessidades de emprego devido à necessária **transição ecológica**.

5. No contexto da transição ecológica, as necessidades de investimento em reciclagem, requalificação e melhoria de competências no fabrico de tecnologias estratégicas com emissões líquidas nulas estão estimadas entre 1,7 mil milhões de euros e 4,1 mil milhões de euros até 2030.

6. No que diz respeito à **transição digital**, o relatório conclui que esta contribui para a persistente escassez de mão-de-obra entre os profissionais das TIC, mas não parece ser um dos principais impulsionadores da escassez noutras profissões.

7. A menor participação no mercado de trabalho das mulheres, das pessoas com níveis de escolaridade mais baixos, das pessoas oriundas da migração, bem como dos idosos e dos jovens também contribui para a escassez de mão-de-obra.

A maioria das profissões com escassez de mão-de-obra são dominadas por homens ou por mulheres – 86% das profissões com escassez de mão-de-obra não são equilibradas em termos de género. Isto também reflete a segregação de género na respetiva área de estudos que conduz a uma determinada profissão, limitando o número de pessoas para preencher as vagas.

Resolver a escassez e lacunas de competências

Nicolas Schmidt também abordou possíveis medidas políticas para combater a escassez de mão-de-obra e colmatar lacunas de competências, nomeadamente no ensino vocacional. Tais medidas incluem:

1. Investir na aprendizagem de adultos e em programas de desenvolvimento e formação de competências, bem como numa melhor correspondência entre o trabalho e a educação, experiência e competências das pessoas.

2. Abordar as disparidades entre homens e mulheres no emprego e aumentar a participação no mercado de trabalho dos jovens, dos idosos, das pessoas oriundas da migração e das pessoas com níveis de escolaridade mais baixos, para fazer face à escassez de mão-de-obra.

3. Eliminar barreiras à entrada no mercado de trabalho, tais como proporcionar educação e acolhimento na primeira infância acessíveis e de elevada qualidade.

4. Melhorar as condições de trabalho e a remuneração em determinados empregos para atrair e reter trabalhadores.

5. Melhorar os incentivos financeiros ao trabalho, tais como a revisão dos sistemas fiscais e de benefícios destinados aos trabalhadores com baixos rendimentos, e **promover a inclusão ativa** para apoiar a participação no mercado de trabalho daqueles que podem trabalhar, por exemplo também através da educação e formação inclusivas e do apoio individualizado.

6. Promover a migração laboral direcionada de países terceiros para reduzir a escassez de mão-de-obra em grupos de competências específicas.

7. E reforçar o diálogo social e envolver os parceiros sociais, nomeadamente os sindicatos, na formação, melhorar as condições de trabalho e facilitar oportunidades de aprendizagem para adultos.



FNE com duas Associações Europeias de Pais

A segunda escolha do ensino profissional

Mesmo nos países mais avançados em termos de cursos profissionais e vocacionais (Áustria, Suíça, Alemanha, Países Baixos, entre outros) existe aquilo que se costuma designar por “questão de imagem do ensino profissional”. Nesta sequência, o ensino profissional e as vias profissionalizantes continuam a ser apelidadas (como em Portugal) de segunda escolha, por oposição ao ensino dito regular.

O Comissário Schmidt referiu que é necessário mudar esta perceção e acabarmos de olhar o ensino e a formação profissional e vocacional como uma segunda via. O melhor caminho é através da qualidade dos programas e cursos de aprendizagem, com os recursos financeiros que a própria CE oferece, a exemplo da Garantia Jovem. “Precisamos de uma revolução de competências na Europa e temos que relacionar aprendizagem e criação de emprego”, sublinhou.

Seguiram-se as boas vindas a 15 novos membros da Aliança das Aprendizagens, dois deles de Portugal, e o início do primeiro painel com parceiros sociais europeus sobre “Aprendizagem para lidar com a escassez de mão de obra”, em que Ludovic Voet da CES – Confederação Europeia de Sindicatos representou o movimento sindical. Ludovic acentuou que urge melhorar as condições de atratividade para os jovens e adultos enveredarem mais por percursos de aprendizagem.

Por sua vez, Maxime Cerutti (diretor dos empregadores do BusinessEurope) referiu que os adultos precisam de um aconselhamento eficaz, no reskilling e upskilling e que é preciso lutar por mais qualidade e flexibilidade na aprendizagem e pela inexistência de abusos nas condições de formação oferecidas aos aprendizes. O segundo painel abordou a “Aprendizagem como uma oferta de qualidade na Garantia Jovem” e contou com a participação de Bernardo Sousa (IEFP).



Ludovic Voet da CES (segundo a contar da esquerda) no painel dos parceiros sociais europeus



Painel das Comunidades da EAfA

No começo da manhã de 18 de junho, Anna Barbieri e Diana Spiridon atualizaram a informação sobre a EAfA, sobre o Pacto das Competências e as sinergias entre ambos. A EAfA conta agora com quatro comunidades de ação, a saber: Mobilidade de aprendizes para fins de Aprendizagem, Inclusão Social e Igualdade de Género, Transições Verde e Digital e, por fim, Papel das Cidades e Regiões no Desenvolvimento de programas de Aprendizagem. Em 2023, a EAfA acrescentou 412 novas adesões, sendo a Alemanha e Itália os países com mais membros desde 2013.

Quanto ao Pacto das Competências tem quase 100 membros, num modelo de compromisso partilhado para o desenvolvimento de competências na Europa.

Alguns desses membros são também membros da EAfA. Ambas as iniciativas da CE desenvolvem um intenso programa de atividades ao longo do ano, onde se destacam seminários, webinários, estudos, ações diversas de trabalho de rede e visitas de estudo a países da UE.



Diana Spiridon (CE - Pacto das Competências)

Aprendizagem para adultos

Depois da intervenção de Albert Janssen, da Rede Europeia de Aprendizizes, seguiu-se um terceiro painel sobre “Orientação Profissional – Chave para a Antecipação”, moderado por Ana Carrero (CE). No debate mencionaram-se ao de leve questões relacionadas com professores do ensino profissional, género, inclusão e migrantes/refugiados. Foi interessante o relato do romeno Vasile Gafiuc, Presidente do Instituto Bucovina, sobre o trabalho desenvolvido e a desenvolver, naquele país, com migrantes e refugiados.

O quarto e último painel deste evento foi sobre “Aprendizagem para Adultos: Abrindo Oportunidades”, moderado por Ramona David, do CEDEFOP.

Chiara Riondino, Diretora da Unidade de Ensino e Formação Profissional, da Direção Geral do Emprego da CE, encerrou a sessão, agradecendo a participação em presença e online de muitos países europeus.

De uma forma resumida, este evento de alto nível da Aliança Europeia das Aprendizagens 2024 analisou as medidas políticas eficazes e as estratégias de colaboração que podem ser implementadas através de programas de aprendizagem. Ao proporcionar aos jovens aprendizizes as competências de que os empregadores necessitam e aos trabalhadores mais velhos oportunidades de requalificação e melhoria de competências, estas soluções podem desempenhar um papel fundamental na superação da escassez de mão de obra na Europa.



Evento Todos Juntos 2024

Na tarde de 18 de junho, decorreu no mesmo local o “Evento Todos Juntos” da EAfA, um evento exclusivo de membros da Aliança das Aprendizagens, para avaliar e criar novas oportunidades de trabalho em rede e de cooperação. A EAfA reúne os governos e as principais partes interessadas com o objetivo de reforçar a qualidade, a oferta e a imagem global dos programas de aprendizagem em toda a Europa, promovendo simultaneamente a mobilidade dos aprendizes.

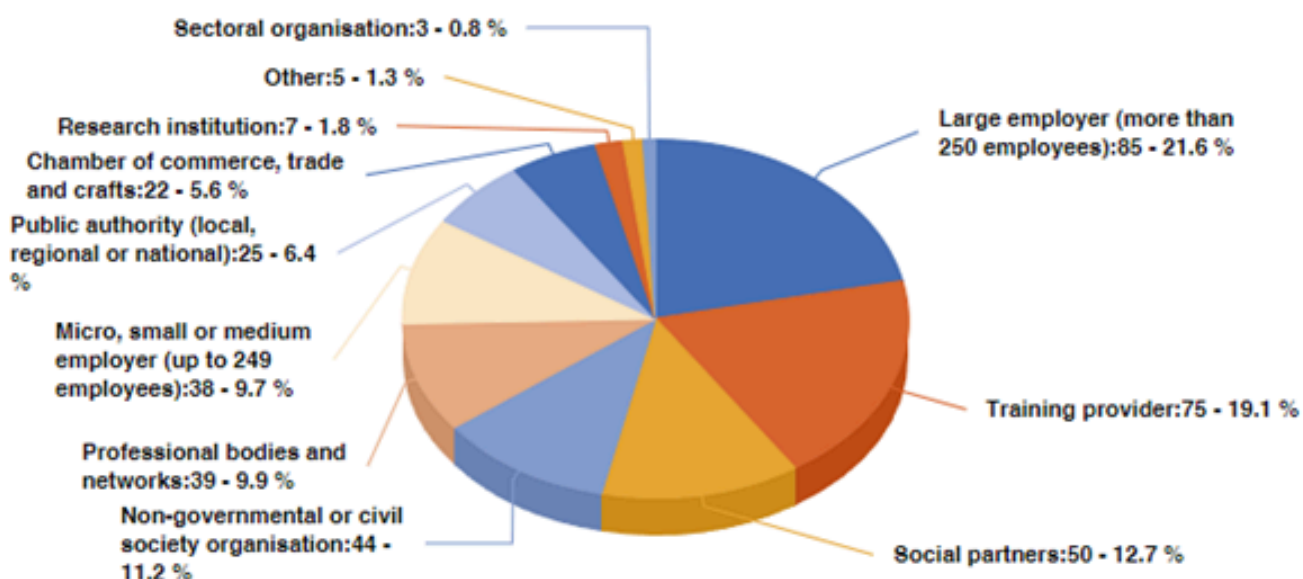
Estes objetivos são promovidos através de compromissos nacionais e de compromissos voluntários das partes interessadas (“Pledge”). O foco do compromisso da FNE com a EAfA, de 5 de junho de 2015, envolve a qualidade e a imagem global dos programas de aprendizagem, muito particularmente com todas as questões que envolvem os professores e formadores do ensino vocacional. Portugal tem 15 entidades na Aliança, entre elas a Ordem dos Engenheiros – Região Norte, Turismo de Portugal ou a Câmara Municipal de Lisboa.

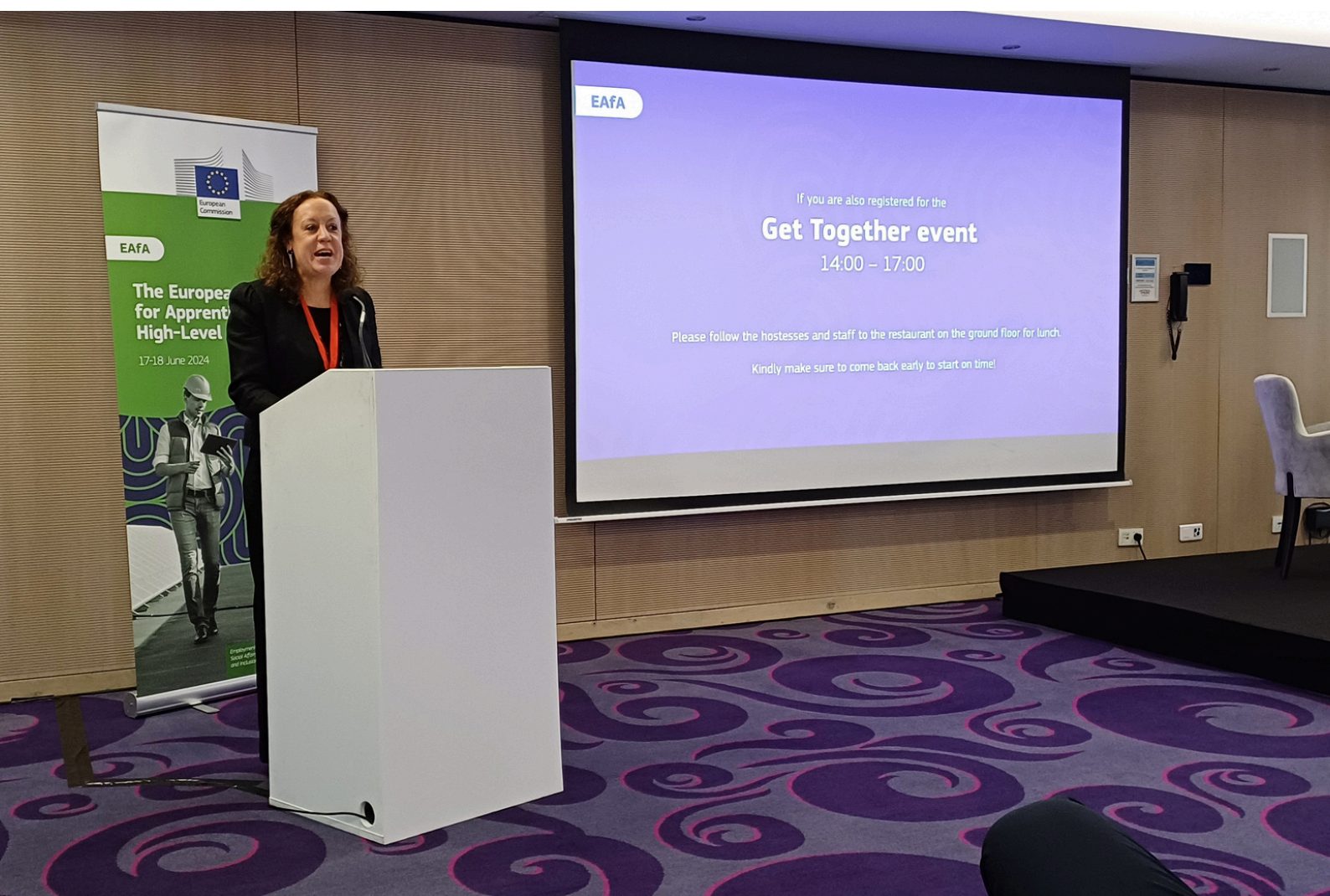
A Alemanha tem 75 e a Espanha 44. Os parceiros sociais representam uma fatia de 12,7 do total das partes interessadas.

A EAfA renovada promove coligações nacionais, apoia as PME e reforça a participação dos parceiros sociais, incluindo a nível setorial, bem como mobiliza as autoridades locais e regionais e apoia a representação dos aprendizes nos Estados-Membros. Além disso, a Aliança renovada aborda questões horizontais importantes, como o género, a inclusão social, a diversidade e a internacionalização.

Desde 2013, as várias partes interessadas na EAfA comprometeram-se a criar 2.742.298 vagas para cursos de aprendizagem, num total de 3.508 compromissos assinados com a CE, em áreas tão diversas como a educação e formação (111 compromissos), a construção (74), mobilidade e transportes (39), digital (38) ou turismo (29).

Tipo de organizações envolvidas na EAfA





Chiara Riondino encerra o evento

Luca Mobilio (Ecorys) moderou a apresentação das quatro comunidades já referidas da EAfA: Mobilidade de aprendizes (79 membros - representada por Luc Vernet), Inclusão Social e Igualdade de Género (74 membros - Sergi Alegre Calero), Transições Verde e Digital (76 membros - Michael Fitzgerald) e o Papel das Cidades e Regiões no Desenvolvimento de programas de Aprendizagem (27 membros - Maria Fabiani).

Seguiram-se duas sessões paralelas, tendo a FNE participado na sessão paralela 1 (Inclusão social e género), moderada pela austríaca Arja Krauchenberg (Lifelong Learning Platform), e na sessão paralela 3, a

respeito da mobilidade de aprendizes na aprendizagem, com moderação de Antonio Gennarelli (European Association of Institutes for Vocational Education).

Os membros da EAfA foram convidados a inscreverem-se em uma ou mais das quatro comunidades para se obterem mais sinergias no trabalho em rede a nível europeu. Os dois eventos da CE de 17 e 18 de junho destacaram o papel inestimável do Diálogo Social na UE e na aprendizagem, reforçado na **"Declaração Tripartida para um Diálogo Social Europeu Próspero"**, assinada na Cimeira dos Parceiros Sociais de Val Duchesse, de 31 de janeiro de 2024, na Bélgica.

O bem-estar e a saúde devem fazer parte do ADN dos empregadores

O resultado de um trabalho desenvolvido pelo Laboratório Português de Ambientes de Trabalho Saudáveis (LABPATS) concluiu que os profissionais mais novos, até aos 29 anos (geração Z), são aqueles que têm a perceção mais positiva da ética e valores das organizações, do ambiente psicossocial e do compromisso com a liderança, considerando-a como assertiva.

Por outro lado, os trabalhadores das gerações mais jovens são aqueles que sentem menos envolvimento no trabalho e os que têm entre 44 e 59 anos apresentam até maior risco ao nível da saúde mental, segundo este estudo divulgado em maio de 2024.



A segunda escolha do ensino profissional

A saúde mental, a cultura das organizações, como a ética e os valores, e o compromisso com a liderança são as dimensões que revelam maior risco para um ambiente de trabalho saudável, segundo esta análise do LABPATS, que envolveu mais de 4.300 participantes e que concluiu que a cultura das organizações é a dimensão que mais condiciona o ambiente de trabalho saudável, com os especialistas a sublinharem que a preocupação com o bem-estar e a saúde dos profissionais e da organização “deve estar no ADN das empresas”.

Tânia Matos, coordenadora do estudo, psicóloga e fundadora do LABPATS, sublinhou que é fundamental que efetivamente nas várias políticas das organizações, desde a seleção de pessoas, à integração e à escolha dos próprios líderes, tudo tem de ser transmitido de forma muito clara.



“O que temos notado é que, muitas vezes, há uma imagem externa de bem-estar, porque hoje em dia a questão do bem-estar e da saúde mental acaba por estar na moda, e as organizações, se forem questionadas, respondem que isso é algo importante. Mas, depois, nos planos estratégicos e na cultura passada às novas lideranças e aos novos profissionais isso não está plasmado”.

Quanto à cultura das organizações, aponta como fundamentais para o bem-estar dos profissionais a percepção de segurança e de justiça: “É importante o trabalhador sentir que está seguro e que pode participar, que pode dar a sua opinião, que tem canais claros e transparentes para isso e que tem confiança para tal, sem achar que pode ser prejudicado”.

Defendendo a necessidade de as organizações terem uma visão mais estratégica do seu funcionamento, Tânia Matos preconiza que deveriam ter dois tipos de líderes: “Um que estivesse mais ligado à parte operacional do dia a dia, que é importante (...) e outro que tivesse mais uma visão estratégica, que conseguisse ter uma visão global de toda a organização e tivesse tempo para olhar para estes detalhes e fazer um plano para que a mensagem da saúde mental e do bem-estar passasse de forma clara a todos os colaboradores, com grande foco nas lideranças”.

A especialista sublinhou igualmente que, segundo os dados recolhidos, “as organizações da administração pública têm piores resultados do que as organizações privadas”.

“Há aqui uma dinâmica na administração pública que dificulta a implementação de novas medidas. Esta visão de que nós temos que parar, olhar e alterar aquilo que tem que ser alterado, há muita dificuldade de o fazer na administração pública”, disse.

Segundo o estudo do LABPATS, os dados relativos à saúde mental continuam preocupantes: três em cada quatro (76%) profissionais apresentam pelo menos um sintoma de 'burnout' e quase metade (48%) manifesta três sintomas: exaustão, irritabilidade e tristeza.

Mais de metade dos profissionais refere que não tem as competências necessárias para gerir as situações de 'stress', tais como a perceção de controlo e a confiança nas suas capacidades, e mais de um terço tem comportamentos de saúde pouco saudáveis. Quase metade (46%) não pratica exercício físico e 35% tem maus hábitos de sono. Há ainda cerca de 25% que toma medicamentos psicotrópicos.

São as mulheres que revelam um maior risco no que se refere à saúde mental. Elas são quem manifesta maior envolvimento, mas também quem se mostra menos assertivo quanto às suas necessidades.

Num ambiente de trabalho saudável, o que os profissionais mais valorizam é a autonomia, a flexibilidade (conciliação), a transparência e a existência de "lideranças próximas e justas" que valorizem o seu trabalho e promovam o desenvolvimento de carreira.

A preocupação com a saúde mental e as atividades de promoção de bem-estar e de relações interpessoais positivas entre colegas são igualmente valorizadas. LABPATS estuda de forma aprofundada e sistemática a saúde e o bem-estar dos profissionais e das organizações, contribuindo para a intervenção e definição de políticas nestas duas áreas.

FNE/LUSA



+ vantagens



www.fne.pt

Há +vantagens em ser associado(a)
dos sindicatos da FNE

Consultar protocolos



VALORIZAR A CARREIRA DOCENTE!

*Recuperação do tempo de
serviço perdido na transição
entre carreiras.*

#VAMOSCONSEGUIR!



FICHA TÉCNICA | JUNHO 2024

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas